

Brasil

Economia Brasil

# Contas públicas Próximos governo precisa enfrentar rigidez das despesas e melhorar qualidade do superávit

## Ajuste incompleto desafia sucessor de FHC

Denise Neumann  
De São Paulo

O próximo governo vai herdar um ajuste fiscal frágil, incompleto e instável. Uma das causas da fragilidade é que os superávits fiscais de 1999 a 2002 foram feitos apenas pelo lado da receita e não pelo lado das despesas, que cresceram e também pioraram de qualidade.

Essa fragilidade não começou em 2002, mas está sendo potencializada pelo cenário eleitoral. Por trás do deságio dos títulos públicos e da depreciação do câmbio está a preocupação dos investidores de que o futuro governo não persiga — como o atual — o superávit fiscal necessário à estabilização da relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto (PIB), já próxima a 55%.

Esse foi o tom quase consensual entre os economistas que debateram, ontem, o problema do déficit público na segunda rodada de seminários que o Instituto Futuro Brasil (IFB) está promovendo para discutir os desafios do próximo governo.

O tom mais incisivo foi do ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Para ele, se ficar configurada a vitória de um governo com perfil populista e que não coloque como prioridade a estabilidade da relação dívida/PIB (inclusive sobre gastos sociais), a "crise pode vir antes da posse".

A relação dívida líquida/PIB encerrou o ano de 2001 em 53% do PIB e já deve estar próxima a 55% do PIB em boa parte pela depreciação do câmbio, já que 40% da dívida brasileira é indexada ao dólar, diz Pastore. Esse nível, sustenta, já começa a exigir um superávit fiscal superior a 3,5% do PIB.

Para ele, o mercado acredita em dois "governos possíveis": o que vai fazer tudo para manter a solvência interna e o que pode ter um viés populista e não comprometido com superávits fiscais. No primeiro caso, avalia, se o governo eleito deixar claro o compromisso de responder a essa situação com reforma da Previdência (para cortar gastos) e recalibragem do superávit fiscal (aumentando-o na medida necessária à estabilização fiscal), não há razão para acreditar em elevação da relação dívida/PIB.

"Mas, se o próximo governo não tiver essa reputação e disser que

acima de tudo está preocupado com programas sociais, então o mercado antevê uma alta na relação dívida/PIB", explica. É nesse cenário, diz ele, que viria a "crise".

Os debates começaram com a exposição de um trabalho do economista Raul Velloso. Nele, Velloso defendeu a necessidade de dar mais qualidade ao ajuste fiscal encarando a rigidez das despesas. "Deixamos de ser um governo que gasta com programas setoriais e de investimento para ser um governo que basicamente transfere recursos para determinados segmentos da sociedade", diz ele.

Segundo seus dados, em 1997, 25% das despesas não-financeiras do governo eram benefícios previdenciários e gastos com assistência social. No ano passado, esse volume já estava em 61% do total. No mesmo período, as despesas que incluem investimentos caíram de 51% do total para 13% do total.

Na avaliação de Velloso, será impossível fazer novos superávits primários de 3,5% (necessário para equilibrar a relação dívida/PIB) sem atacar de frente a rigidez das despesas do governo federal. "O ajuste fiscal não vai melhorar em

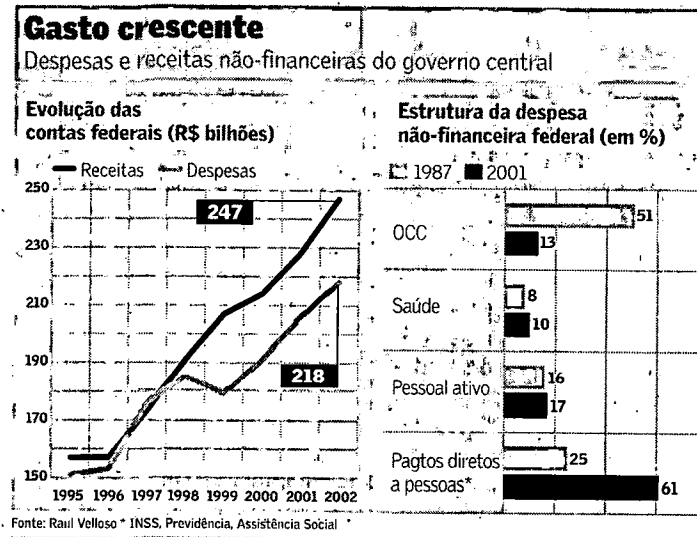
qualidade sem uma política deliberada nesta direção", defendeu.

Para Pastore, o Brasil não tem hoje "nenhuma estabilidade fiscal". Ele diz que o quadro de fragilidade fiscal, de instabilidade da relação dívida pública e do déficit em conta corrente se soma às indefinições eleitorais e deixam o mercado instável.

Na avaliação de Demosthenes Madureira de Pinho Neto, diretor-presidente do Dresdner Asset Management e ex-diretor do BC, o deságio observado nos papéis do governo revelam a preocupação dos investidores com a manutenção, no próximo governo, da política de perseguir o superávit fiscal necessário à estabilidade das contas públicas. "O mercado entrou em um processo de fuga de papéis do governo em que o único instrumento possível de proteção é deter dólar físico", avalia.

Para ele, "é difícil reverter essa percepção negativa se não houver uma manifestação explícita dos candidatos quanto à gravidade da questão fiscal que o Brasil hoje enfrenta."

Para Afonso Bevilacqua, professor da PUC-RJ, não existe alternati-



va à estabilização fiscal sem ser pelo lado das despesas. "O problema fiscal é mais sério que o da restrição externa", argumentou.

O tom destoante quanto ao futuro do ajuste fiscal no Brasil veio do superintendente desta área no BNDES, José Roberto Afonso. "O ajuste fiscal foi incompleto, mas foi feito", argumentou. Segundo ele, a Lei de Responsabilidade Fiscal criou um conjunto de instrumentos que não permitirá que o

próximo governo aja de modo populista com os recursos públicos.

Além disso, diz ele, o crescimento econômico vai ajudar — e muito — a estabilizar e até reduzir a relação dívida pública/PIB. "A arrecadação vai crescer, a contribuição à Previdência vai aumentar e gastos, como seguro-desemprego, vão diminuir", sustentou. "Não sou pessimista", resumiu.

Mais dados em [www.ifb.com.br](http://www.ifb.com.br)